

Os desafios da Proteção Civil em face dos novos perfis de risco

Intervenção da Secretária de Estado da Proteção Civil,
Dr.ª Patrícia Gaspar, enquanto membro da Mesa de Honra.

X Jornadas Novos Paradigmas da Proteção Civil

Auditório LIPOR – Baguim do Monte – Gondomar (Portugal)

30 de setembro de 2022

Exm.º Sr. Professor Artur Costa,

Demais participantes,

Na sua pessoa cumprimento todos os presentes e começo por agradecer o honroso convite que me fez para estar aqui hoje, fazendo-me regressar à casa onde, em 2004, me estreei no ensino da Proteção Civil.

Foi o início de um percurso de que muito me orgulho, muito gratificante e que me permitiu crescer enquanto profissional da proteção civil.

Um sincero agradecimento à Universidade Lusófona por me ter assim aberto as portas do ensino, área onde me mantive até 2019, em Portugal e no estrangeiro, e que fez toda a diferença na minha vida.

Foi precisamente durante este percurso que pude constatar o quanto evoluímos ao longo destes quase 16 anos no que se refere à consciência social e coletiva relativamente aos temas da proteção civil.

Para esta evolução, muito contribuiu o interesse e o empenho das diferentes entidades que se empenharam no ensino destas matérias, o

trabalho de divulgação e sensibilização levado a efeito pela ANEPC, pelas autarquias e demais entidades do sistema e também os acontecimentos dramáticos que, pontualmente, marcaram a agenda e nos alertaram a todos para a importância do tema.

A proteção civil não é apenas mais um tema na agenda política da governação.

A proteção civil será, porventura, uma das mais importantes áreas de intervenção das nossas sociedades.

Os desafios que hoje pendem sobre as nossas sociedades, muitos deles de enorme complexidade, obrigam-nos a olhar para o que nos rodeia de forma diferente.

O que demos como garantido durante décadas está em profunda alteração e ignorar esta constatação será garantir o falhanço das sociedades e das formas como as mesmas são geridas.

As alterações climáticas, o peso da excessiva urbanização, as clivagens entre o norte e o sul no desenvolvimento social e humano, a pobreza extrema, os movimentos migratórios, a proliferação dos movimentos populistas, estatais e não-estatais, as dependências cibernéticas e o shift nos valores sociais e humanos, são apenas alguns dos riscos que estão a mudar as nossas vidas.

A segurança individual e coletiva e a preservação da vida humana são dois dos desideratos que se alavancam para os holofotes sociais, muito fruto da alteração das perceções que foram geradas durante as últimas cinco décadas.

Aos poucos, gradualmente, os países até aqui considerados seguros e imunes ao que ia ceifando vidas pelo resto do mundo, viram o cenário alterar-se drasticamente, deitando por terra o sentimento de segurança com que vivemos nos últimos tempos.

Passámos a assistir, praticamente em direto, a práticas terroristas nas principais cidades europeias e nos Estados Unidos da América, a vidas que se afogam às portas da Europa, a incêndios que destroem, em poucas horas, vidas, o ambiente e o património.

Mudam as perceções do risco, mudam as perspetivas e mudam as expetativas dos cidadãos face a quem pode e deve garantir a mitigação de tudo isto. E quase tudo tem de mudar.

Nós, os cidadãos, deveremos assumir cada vez mais a nossa quota parte de responsabilidade neste processo de mudança social, tornando-se hoje fundamental, mais do que nunca, entender e incorporar a mudança de paradigma.

E se estas premissas são importantes na generalidade da administração pública, se pensarmos exclusivamente em áreas críticas, como a segurança e a defesa, elas assumem um carácter absolutamente crucial. Sendo uma

das áreas mais nobres da gestão pública, a segurança individual e coletiva é hoje um bem precioso, onde as expectativas são muito elevadas e onde não existe margem para falhas. A abordagem tem assim que ser integrada e holística.

A este propósito, importa sublinhar algumas das conquistas mais recentes que vão ao encontro destas premissas:

- Temos hoje um documento pioneiro na Europa – a ENPCP – para uma janela temporal de 10 anos, um documento participado, que reúne cerca de 136 medidas concretas e que se reportam a 17 áreas governativas diferentes, retirando o enfoque da resposta e cobrindo todo o ciclo da catástrofe;
- Temos o SGIFR
- Temos um novo PCE e uma política clara para a proteção das infraestruturas críticas, articulada com o disposto noutros normativos de carácter transversal, como a Lei de Segurança Interna, a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo, a Estratégia Nacional de Segurança no Ciberespaço, o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço e o Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

Importa garantir, a todo o momento, que o Estado dispõe das ferramentas e dos mecanismos de que necessita para enfrentar situações de crise e de emergência, passíveis de gerar ruturas inaceitáveis para as sociedades e para as comunidades, as quais, no limite, podem comprometer a continuidade da ação governativa.

Os fatores geradores de certos riscos são uma realidade muito difícil de mudar, mas não impossível, exceção feita aos riscos naturais, esses incontroláveis. Para estes, a chave do sucesso reside na prevenção, na preparação e na mitigação.

As catástrofes matam e provocam um impacto muito expressivo no tecido económico dos países.

De acordo com os dados do último relatório anual do Centro para Pesquisa e Epidemiologia das Catástrofes, em 2021, foram registados um total de **432 eventos catastróficos, números consideravelmente superiores à média de 357 eventos catastróficos no período entre 2001-2020.**

As cheias dominaram esta estatística, com 223 ocorrências. Durante a estação das monções (junho a setembro), a Índia registou uma série de cheias mortais que provocaram 1.282 mortes. Em julho, as cheias de Henan na China originaram 352 mortes, 14,5 milhões de pessoas afetadas e um custo de US\$ 16,5 bilhões. Em julho, as cheias na Europa Central e os deslizamentos de terra subsequentes resultaram em 40 bilhões de dólares em custos económicos somente na Alemanha, o segundo evento com maior impacto económico em pleno coração da Europa.

Estes números e estas constatações não servem para nos rendermos às fatalidades ou às inevitabilidades. Pelo contrário, devem ser uma chamada geral à sociedade para uma mobilização sem precedentes para um esforço que é verdadeiramente coletivo e fundamental.

Termino identificando aqueles que me parecem ser os grandes desafios ao sistema de proteção civil nacional e, no limite, a todos nós:

1. O envolvimento do cidadão
2. A resiliência do patamar local
3. O investimento nas políticas de redução do risco de catástrofe
4. Aproximação à ciência e inclusão do conhecimento científico
5. Dimensão tecnológica
6. Avisos precoces centrados no cidadão e informação dedicada
7. Cooperação internacional

Muito obrigada,